



## **Censura e Autocensura: uma Abordagem Histórica e Social da Prática Jornalística<sup>1</sup>**

Tayla OLIVEIRA<sup>2</sup>

Marcilene FORECHI<sup>3</sup>

Universidade Vila Velha, Vila Velha, ES

### **RESUMO**

Este artigo levanta a censura e a autocensura no meio jornalístico, as suas origens e as formas que atingiram e continuam interferindo na atividade do profissional de jornalismo. Traçar na história do Brasil, os períodos em que se apresentou mais rígida e os que permitiram maior autonomia jornalística ressaltando as formas de controle da informação e os fatores que contribuíram para essa prática. A relação com o conceito de comunicação pública, a visão ética e a análise com base nas técnicas jornalísticas. Além dos impactos atualmente na profissão e casos que denunciam a prática da censura e autocensura por parte dos donos das empresas de comunicação e pelos próprios jornalistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** autocensura; censura; ética jornalística; prática jornalística; teorias.

### **INTRODUÇÃO**

A síndrome da antena parabólica, de acordo com KUCINSKI (1998), é um comportamento que foi gerado devido aos 15 anos de regime autoritário vividos pelos jornalistas no Brasil, que acabaram criando uma cultura jornalística voltada para a compulsão à unanimidade, o simulacro, o desprezo pela verdade nos momentos críticos ao processo de criação do consenso e, especialmente, a autocensura.

A autocensura nada mais é que uma forma de anular, intencionalmente ou não, parte da informação pelo jornalista ou empresa jornalística. Sendo assim, o leitor é levado a acreditar em notícias ilusórias, pois é privado de fatos relevantes. Esses fatos estão sendo controlados e, por isso, não deixam cicatrizes tornando mais difícil de identificar se o texto realmente foi censurado, o que não acontece quando o mesmo é censurado por outrem.

Segundo informações extraídas da Enciclopédia do Projeto Renasce Brasil e disponibilizado no site, a censura do ponto de vista que é exercida, pode ser preventiva, repressiva ou indireta. A censura preventiva ou prévia é o direito que tem o governo de

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no Intercom Junior – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Aluna líder do grupo e estudante do 7º. Semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha, email: tayla.oliveira@gmail.com.

<sup>3</sup> Orientadora do Trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha, email: marcileneforechi@yahoo.com.br.



exercer vigilância sobre a publicação de livros ou periódicos, fora da intervenção dos tribunais. Censura essa que foi praticada de forma intensa, principalmente, durante a ditadura militar.

Pode-se dizer que os três conceitos acima foram fundamentais para o desenvolvimento da história brasileira. Desde o período anterior ao golpe de 1964, até os dias de hoje, o controle da imprensa é um assunto extremamente debatido e que, apesar disso, ainda não foi encontrado uma solução conveniente para todos os lados, tanto para a mídia, quanto para a população, afinal, cada dia mais se pergunta se o jornalismo atual está progredindo ou apenas ficou estagnado em uma época de meias informações.

Porém, antes mesmo de questionar a postura dos profissionais e as questões técnicas é preciso, primeiramente, ter como premissa o conceito de comunicação pública e considerá-la antes de qualquer coisa, já que toda a informação produzida vai se direcionar as pessoas.

## **METODOLOGIA**

Para realizar este trabalho, entender o tema e correlacionar com conceitos da Comunicação Pública, Ethos jornalístico e ética, foi preciso o auxílio dos textos de Jorge Duarte, Elizabeth Brandão, Adriana Stuart e Heloíza Helena que contribuíram para embasar o assunto. Os estudiosos deram suporte para contextualizar o assunto e traçar um perfil do jornalista. Perfil este marcado pela falta de autonomia e engessado pelas normas organizacionais.

E como complementações foram utilizados pontos de vista a cerca do tema, através do acervo de livros da Biblioteca da Universidade Vila Velha (UVV) e também com o auxílio de textos disponibilizados na internet.

A retomada a conteúdos de outras disciplinas do curso de Jornalismo auxiliou na construção do artigo. Disciplinas como Teoria da Comunicação, Teorias do Jornalismo e Estudos Éticos de Comunicação Contemporânea foram fundamentais para entender como um todo a censura e o contexto que a rodeia.

Com base nos textos analisados, foi construído um diálogo que resultou em posicionamentos prós e contras ao que deve ou não ser feito pelos profissionais de jornalismo desde o momento da apuração, até àquele em que é disponibilizada a informação à população.



## **CENSURA E AUTOCENSURA: UMA ABORDAGEM HISTÓRIA E SOCIAL DA PRÁTICA JORNALÍSTICA**

A função do jornalista vai além de passar a informação, ela envolve questões como cidadania e ética. A comunicação prestada pelo profissional dessa área deve ser vista como essencial para a formação da opinião pública. Contudo, para que ela se torne efetiva é preciso que toda e qualquer informação de interesse coletivo, seja divulgada aos cidadãos.

O jornalista, relações públicas e doutor em Comunicação, Jorge Duarte, explica melhor o conceito de comunicação pública:

A Comunicação Pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. (DUARTE, s.d., P. 03)

Apesar de o termo “Comunicação Pública” se referir a “Comunicação de Interesse Público (do povo)”, ele não tem sido usado de acordo com seu significado. E isso não vem de hoje, mas de tempos remotos. O jornalista, por diversos motivos, passou a inserir na sua cultura de trabalho a ocultação de informações dos fatos que cobre. Devido a isso, a população é privada de saber de maneira mais concreta e verdadeira a cobertura de um fato ou acontecimento.

Um dos motivos que leva os profissionais a cometerem esse ato, é a autocensura. O jornalista e cientista político, Bernardo Kucinski, define a autocensura no seguinte trecho:

A autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção de esconder a verdade. (KUCINSKI, 1998, P. 51)

Levando em consideração a posição ética do jornalista ao trabalhar em uma empresa, devem-se enfatizar os males que a autocensura trás ao jornalismo e o porquê, apesar de ser incentivada nas empresas jornalísticas, ela deve ser combatida.

No Brasil, três casos de autocensura citados por KUCINSKI (1998) chamaram a atenção no meio jornalístico. O caso das fotos de Carlos Lamarca na Bahia, a morte de Santos Dias em São Paulo e o caso das “antenas parabólicas”.

O jornalista, ao suprimir a informação que está sendo controlada por ele por motivos pessoais ou da instituição em que trabalha, está cometendo um crime. Se a autocensura for



feita para evitar processos indenizatórios ou para resolver conflitos éticos, como acontecem nas democracias pós-industriais, e discutidas em suas redações juntamente com advogados, é apenas uma forma legal de criar condições seguras para transmitir a verdade aos leitores. Porém, não é o que acontece no jornalismo brasileiro, nem em outros países da América Latina. A desonestidade do jornalista com a veracidade não pode ser considerada permitida ou aceitável.

É válido ressaltar, que a maioria dos casos de censura prévia e, também, de autocensura acontecem devido à pressão do governo nas empresas jornalísticas.

É possível citar vários casos que aconteceram no Espírito Santo. O último deles e que teve bastante repercussão foi a cobertura do jornal A Gazeta no protesto dos estudantes contra o aumento da passagem e contra a repressão por parte do governo Casagrande.

A Gazeta, um dos maiores, senão o maior veículo jornalístico do Estado deu ênfase maior aos lados negativos do protesto. A partir desta abordagem e de outras também tendenciosas, abre-se o questionamento de suspeitas quanto a parcialidade do veículo em questão com relação a publicação dos fatos.

É devido a essas situações de autocensura por parte dos jornalistas e da empresa, que é imprescindível que o profissional escolha qual será o seu papel como um formador de opinião dentro da mídia.

Diante disso, o Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no artigo quatro, em sua nova versão aprovada no Congresso da categoria em 2008, também ressalta e reafirma o real compromisso do jornalista. “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação”.

Apesar de ser dever dos jornalistas divulgar a verdade sobre os fatos, sem ocultar informações relevantes que possam distorcer as notícias, quando isso não acontece, eles saem impunes da situação. O exemplo disso é o caso relatado por KUCINSKI (1998) em seu texto “*A síndrome da antena parabólica*”, falando sobre uma conversa entre o jornalista Carlos Monforte e o ministro da Fazenda, Rubens Ricuperro, que acaba sendo captada por antenas parabólicas em várias regiões do país.

O detalhe intrigante dessa conversa é o seu conteúdo. O ministro comentava com Monforte as atitudes que ele tomava para promover a candidatura de Fernando Henrique, o que fez com que os espectadores ficassem escandalizados, provocando uma comoção nacional.



Embora o escândalo envolvesse tanto o jornalista quanto o ministro, apenas o segundo foi humilhado pela imprensa e demitido do seu cargo, como pode ser comprovado no seguinte trecho do texto de Kucinski:

O fato de não ter sido admoestado por sua categoria e nem criticado pelos meios de comunicação sugere que a autocensura exercida por Carlos Monforte no episódio não foi vista pelo conjunto dos seus colegas jornalistas como desvio de conduta.  
(KUCINSKI, 1998, P. 51)

É a partir daí que vem a pergunta: Por que será que o jornalista fica impune? Simples, a população não é devidamente instruída sobre seus direitos, e muito menos, sobre o dever do jornalista na esfera pública. Além disso, os cidadãos, em sua maioria, entendem a comunicação pública como algo que envolve questões políticas como propaganda partidária, o que ajuda a aumentar o desinteresse sobre o assunto. Jorge Duarte comenta em seu texto sobre a situação:

O cidadão parece considerar os governos como algo não relacionado à sua vida e tornam-se um tanto cínicas com relação à política e à capacidade dos governantes de buscar o interesse público. Mais do que simples desinteresse do indivíduo em ser sujeito da ação, muitas vezes a apatia e a falta de formação política são resultados do cruzamento entre desinformação, falta de oportunidades de participação e descrédito com a gestão pública.  
(DUARTE, s.d., P.01)

Outro aspecto que também é comum acontecer, e que pode ser identificado nesse caso é o desvio de atenção que a imprensa provoca para outros assuntos. Ou seja, a inserção de outros assuntos, ou então o foco somente em um lado da história, como foi o caso do ministro, ao qual a imprensa não falou do jornalista e nem ao menos citou a falha jornalística.

Esse tipo de conduta acontece principalmente quando determinados acontecimentos comprometem uma empresa ou organização, seja ela jornalística ou não, que o jornal tem apoio ou é financiado por ela.

Mas para entender como esse controle da informação se deu no nosso país é fundamental voltar no tempo e analisar os fatos e a influência política desde 1964, ano este em que aconteceu o golpe militar.

Segundo informações disponibilizadas por KUCINSKI (1998), entre os anos de 1964 e 1968 foi o período de maior autonomia jornalística. E, 1969 jornais de pequenas cidades, com visão esquerdista associados a João Goulart e contrários ao discurso ‘vitorioso’ do governo, foram extintos, entre eles o jornal Última Hora.



Dessa forma, até 13 de Dezembro de 1968, quando o AI-5 foi Instituído no governo do General Costa e Silva, não havia censura generalizada entre jornalistas e grandes veículos. Os jornalistas se manifestavam de forma mais crítica e criativa e conquistaram o maior grau de autonomia em relação aos proprietários dos jornais. Nesse momento, o jornalismo torna-se um agregador de mentes e corações.

Porém, ao contrário desse primeiro período de controle da informação, entre os anos de 1968 e 1972 classificados como o início dos anos de chumbo, a autonomia jornalística era inviável. Como reação a esse novo momento, surgiu à imprensa Alternativa que era composta por jornalistas que faziam parte da Imprensa oficial e que após serem demitidos, fundaram a imprensa Alternativa.

As formas de controlar a informação eram através da censura prévia, que como citado anteriormente é a vigilância sobre as publicações de livros e periódicos por parte do governo, e formas de pressão contra os jornalistas alternativos.

Outras ações realizadas era o controle indireto através de bilhetes e avisos informais, demissões de jornalistas e fiscalização (censura prévia) dos materiais produzidos pela imprensa alternativa, ao qual parte dos materiais produzidos era destruída.

Após tantas ações de censura, automaticamente os profissionais de comunicação foram se adaptando e como forma de evitar prejuízos e problemas foi aderida ao ethos jornalísticos à autocensura, chamada no 3º período do controle da informação, entre os anos de 1972 e 1975, como um pacto para criação de consenso.

Dessa forma, autocensura e a censura prévia tornaram-se sistêmicas e proprietários dos jornais criam afinidades com as políticas públicas do regime. Essa solução foi a preferida pelos representantes dos meios de comunicação, pois evitava prejuízos que até então estavam tendo.

E o quarto e último período denominado o controle do padrão de abertura, em que a grande imprensa perdeu o senso da realidade e desprezou as oposições, ignorava a política com a ideia de que os destinos do poder eram definidos pelo Alto Comando das Forças Armadas e não pela atividade dos políticos.

A liberdade gradual da imprensa foi concebida como o primeiro passo para intimidar a “linha dura” e juntamente com os jornalistas, Golbery do Couto e Silva (general e ministro da Casa Civil) colaborou para essa abertura abolindo a censura dos jornais da família Mesquita e de O Pasquim e, logo após da revista Veja.

Durante essa transição, a autocensura já não bastava. Era preciso a voz ativa dos jornalistas com discurso consensual em torno de um Padrão de abertura política.



Os principais jornalistas da época foram expurgados por seus patrões, principalmente pelo fato das ideologias mantidas por eles. E em 1975, havia terminado a censura prévia. Porém, na imprensa alternativa, só em 1978, pela recusa dessa imprensa em participar do jogo de abertura gradativa e o exílio de muitos jornalistas, que acarretou na pobreza da mão-de-obra juvenil.

Depois de todo esse controle da informação e da omissão da ideologia dos profissionais da comunicação devido à pressão existente, até meados dos anos 1990, a maioria dos jornalistas era de esquerda, enquanto os grandes jornais e emissoras de TV eram conservadores. Devido a isso, e preocupados em manter seus empregos, jornalistas limitavam suas opiniões com base nas orientações de seus chefes.

E através desse fato criou-se o hábito de omitir aquilo que eles pensavam através da autocensura e em seguida foi incorporando sutilmente, no ethos jornalístico.

Por todo esse histórico de repressão, os jornalistas hoje estão expostos a prática da autocensura, e direcionados a lealdade com os donos dos veículos ao qual trabalham, não ao interesse público. Porém, como diz a comunicação pública e o ethos jornalístico, o profissional de comunicação deve ter como premissa principal o compromisso em divulgar tudo que é de interesse público, já que essa é a essência da profissão.

## CONCLUSÃO

A censura e a autocensura são ações que não surgiram agora, e vem imbuídas no repertório do jornalista desde a época do regime autoritário. Percebe-se que tanto a censura quanto a autocensura acabam distorcendo a realidade e interferindo no ethos jornalístico, que preza por um profissional comprometido com a verdade, imparcial e “cão de guarda” da sociedade, em que protege a sociedade de eventuais abusos das autoridades.

Há também a questão da dicotomia em que se encontra o profissional de jornalismo, dividido entre duas escolhas: exercer a profissão prezando por seus valores morais e éticos, ou, trabalhar seguindo os interesses de sua empresa para, dessa forma, garantir seu emprego e sustentar sua família. Infelizmente, é uma decisão que nos tempos atuais, devido às dificuldades, não é fácil de tomar.

Vimos também que a autocensura, praticada por profissionais de jornalismo, fere a dignidade do indivíduo, a partir do momento que ele mesmo se limita no que diz respeito à liberdade de expressão. Isso é mostrado claramente por KUCINSKI (1998):



A autocensura é mais danosa que a censura exógena exercida pelo Estado, porque implica o envolvimento da vítima da repressão na proposta repressiva. (...) Já a autocensura atinge diretamente a integridade do ser, porque ele aceita a restrição à sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão.

(KUCINSKI, 1998, P. 68)

Apesar de ainda vivermos essa realidade no meio jornalístico atual, assim como Kucinski, acreditamos que com o passar do tempo, a nova geração de jornalistas, tendem a mudar esse quadro.

A atual geração já se mostra indignada com tal situação e as disciplinas realizadas ao longo dos semestres reforçaram o compromisso que nós, profissionais de comunicação, temos com os cidadãos. Além de instigar o compromisso e a responsabilidade social, a discussão e a necessidade de atender de fato, a necessidade do público.

Mesmo com as dificuldades e as decisões que serão enfrentadas no mercado de trabalho, sabe-se que com pequenas atitudes, e de forma gradativa, é possível interferir nas ações de censura. E dessa forma, elas serão substituídas por atos comprometidos com a verdade, e aos poucos inseridos na prática dos jornalistas. Ao falar sobre isso, KUCINSKI (1998) transparece otimismo no trecho que diz:

É sabido também que novas gerações tendem a repudiar os valores de suas antecessoras. Esperamos, portanto, que à medida que o tempo passe vá desaparecendo de nosso jornalismo a herança da autocensura, a síndrome da antena parabólica.

(KUCINSKI, 1998, P. 69)

Por fim, outro fator que ajudaria, e muito, a transformar o cenário do jornalismo atual, é o esclarecimento e a instrução da sociedade a respeito da função da comunicação pública. Como dito anteriormente, a falta de conhecimento gera desinteresse por parte da população, e, por isso há um desconhecimento dos seus direitos e, conseqüentemente, não há a reivindicação dos mesmos.

É certo dizer que se a grande parte da sociedade soubesse que é dever da comunicação tornar pública toda e qualquer informação de interesse coletivo, o quadro atual do jornalismo estaria num patamar bem diferente da observada hoje.



## REFERÊNCIAS

Anônimo. **Enciclopédia do Projeto Renasce Brasil**. Disponível em:

<[http://www.renascebrasil.com.br/f\\_censura2.htm](http://www.renascebrasil.com.br/f_censura2.htm)>. Acesso em 18 de Novembro de 2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>>. Acesso em: 19 de Novembro de 2011.

BUCCI, Eugênio. **O que é ser Jornalista**. Em 15/09/2009 na edição 555. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-que-e-ser-jornalista>>. Acesso em 14 de Novembro de 2011.

DUARTE, Jorge, (org). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público** – 2. Ed. /2009.

DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. Disponível em:

<<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em 25 de Outubro de 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. Ed. Ver. Eampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MATOS, Heloiza Helena Gomes. **Comunicação Política e Comunicação Pública**. Disponível em:

<[http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re\\_vista4/58.pdf](http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista4/58.pdf)>. Acesso em 31 de Outubro de 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. 198 p.